

**Respostas aos recursos - Conhecimentos Específicos (CES) P01-P02-P03-P04-P05-P06-P07-P08-P09-P10-P11-P12**

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 39 TIPO 2: 42 TIPO 3: 41	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca, conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, conforme os fundamentos abaixo:</p> <p>Durante a revisão técnica da questão referente às hipóteses de perda de vencimento do cargo efetivo, verificou-se que o enunciado apresenta inconsistências normativas e ambiguidade de comando, comprometendo a objetividade exigida em provas de Direito Administrativo.</p> <p>Em primeiro lugar, a questão faz referência à Lei Municipal nº 1.042/1991 (Estatuto dos Servidores Públicos de Castelo-ES), mas inclui situações que não possuem correspondência literal nessa norma, como a previsão de “perda de 1/3 do vencimento diário” por atraso ou saída antecipada, que não está prevista no texto legal. Essa informação, inexistente no Estatuto, induz o candidato a erro.</p> <p>Além disso, o item que trata da investidura no mandato de Prefeito permite interpretação equivocada ao mencionar a possibilidade de o servidor “optar pelos vencimentos do cargo efetivo cumulativamente com representação do cargo eletivo”. Tal formulação conflita com o disposto nos artigos 37, XI, 38, II e 39, §4º da</p>	DEFERIDO	ANULADA

	<p>Constituição Federal, os quais vedam a acumulação de remuneração que ultrapasse o teto municipal (subsídio do Prefeito) e proíbem a percepção de verba de representação em regime de subsídio. Trata-se, portanto, de uma afirmação inconstitucional sob a ótica da hierarquia das normas.</p> <p>Por fim, a questão mistura dispositivos constitucionais com dispositivos da legislação municipal, sem delimitar claramente o critério de análise exigido, o que torna possível mais de uma interpretação tecnicamente defensável. Essa ambiguidade prejudica a isonomia entre candidatos e compromete a validade da avaliação.</p> <p>Dessa forma, por conter erro material, ambiguidade interpretativa e inconstitucionalidade na formulação das assertivas, a banca reconhece que a questão não atende aos princípios de clareza, objetividade e precisão técnica exigidos em avaliações públicas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E QUESTÃO ANULADA.</p>		
<p>TIPO 1: 40 TIPO 2: 43 TIPO 3: 44</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira afirmação é verdadeira, pois está em conformidade com o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece que os currículos da</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>educação infantil, ensino fundamental e ensino médio devem ter uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada definida por cada sistema de ensino e instituição, considerando características regionais, culturais, econômicas e dos próprios educandos.</p> <p>A segunda afirmação é falsa, pois a educação digital, que compreende temas como letramento digital, computação, programação e robótica, não é exclusiva do ensino médio. Ela integra as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e deve ser trabalhada de forma transversal desde a educação infantil, de acordo com o artigo 32 da LDB e com a Resolução CNE/CP nº 2/2017. Além disso, a educação alimentar e nutricional também é tratada como tema transversal em todas as etapas, e não apenas obrigatória no ensino fundamental.</p> <p>A terceira afirmação também é falsa, pois, conforme o artigo 23, § 1º, da LDB, a reclassificação de alunos pode ocorrer tanto em casos de transferência quanto por avaliação do próprio estabelecimento de ensino, inclusive quando o aluno vem do exterior, desde que se respeitem as normas curriculares gerais e o nível de desenvolvimento do estudante.</p> <p>Portanto, a sequência correta é V – F – F</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--

TIPO 1: 41 TIPO 2: 44 TIPO 3: 43	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>As afirmações que expressam corretamente a aplicação pedagógica da avaliação conforme os diferentes objetos e dimensões da aprendizagem são as III, IV e V.</p> <p>A primeira afirmativa é falsa, porque, embora a avaliação de fatos e conceitos frequentemente utilize instrumentos objetivos (como testes de múltipla escolha ou provas estruturadas), isso não a torna inadequada para avaliações formativas. A avaliação formativa pode perfeitamente incluir conceitos e fatos, desde que interpretados no contexto do desenvolvimento cognitivo do aluno, permitindo intervenções pedagógicas contínuas.</p> <p>A segunda afirmativa também é falsa, pois a avaliação de procedimentos requer observação direta das ações e estratégias do estudante, e não apenas registros indiretos ou quantitativos. Além disso, ainda que testes padronizados não sejam os mais adequados para essa dimensão, eles podem oferecer indícios complementares, portanto não são completamente insuficientes.</p> <p>A terceira afirmativa é verdadeira, porque os resultados internos, como atitudes, valores e autorregulação, realmente não são diretamente observáveis. Eles demandam inferência a partir de múltiplas evidências, utilizando-se</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
--	--	------------	------------------

	<p>abordagens qualitativas (portfólios, autoavaliação, registros reflexivos) e quantitativas, o que caracteriza a triangulação de dados.</p> <p>A quarta afirmativa também é verdadeira, pois focar exclusivamente em resultados externos, como notas e produtos finais, reduz a avaliação a uma lógica de performance e controle, negligenciando o caráter processual e formativo da aprendizagem — um ponto amplamente debatido por autores como Luckesi (2011) e Perrenoud (1999).</p> <p>A quinta afirmativa é igualmente verdadeira, já que uma avaliação coerente e integrada deve articular objetos conceituais, procedimentais e atitudinais em sintonia com os objetivos de ensino e as estratégias utilizadas, garantindo validade pedagógica e sentido formativo ao processo avaliativo.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, <b>RECURSO INDEFERIDO.</b></p>		
<p>TIPO 1: 42</p> <p>TIPO 2: 41</p> <p>TIPO 3: 45</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A única alternativa plenamente correta é a letra E, porque expressa a compreensão contemporânea e técnico-política do Plano Político-Pedagógico (PPP) como um processo histórico e dinâmico, resultado da interação entre sujeitos, contextos e intencionalidades. O PPP não é um documento fixo ou meramente</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>formal, mas um instrumento vivo, que traduz os embates entre projetos societários, as condições reais de funcionamento da escola e as escolhas pedagógicas e políticas de seus atores. Ele deve ser constantemente revisitado, pois o próprio fazer educativo é histórico, transformando-se conforme as demandas sociais e os objetivos formativos da instituição.</p> <p>As demais alternativas apresentam reduções ou incorreções conceituais. A letra A erra ao afirmar que o PPP, ao ser técnico-administrativo, perde sua natureza política — essa é uma constatação verdadeira sobre um desvio de finalidade, mas não define o papel correto do PPP; logo, não responde ao que a questão pede, pois descreve uma distorção e não um princípio. A letra B também é imprecisa, porque o PPP não é uma “tradução consensual” das demandas sociais; ele resulta de diálogo, mas inclui conflitos, disputas e mediações políticas, expressando escolhas, e não apenas consensos. A letra C é conceitualmente errada, já que a dimensão pedagógica do PPP exige coerência entre concepções, currículo e prática docente — não há sentido em um documento que oriente o ensino sem vínculo com o cotidiano escolar. Por fim, a letra D, embora correta ao afirmar que a legitimidade do PPP vem da participação efetiva e não apenas formal, é incompleta, pois não abrange o caráter processual e histórico do documento, aspecto essencial de sua definição contemporânea.</p> <p>Assim, apenas a alternativa E reflete integralmente a natureza política, pedagógica e</p>		
--	---	--	--

	<p>histórica do PPP, reconhecendo-o como um processo contínuo de construção coletiva e reflexão crítica sobre o projeto educativo da escola.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 43 TIPO 2: 45 TIPO 3: 42	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é a Educação Escolanovista.</p> <p>O excerto descreve com precisão os fundamentos da Escola Nova, movimento pedagógico surgido no início do século XX e fortemente influenciado pelas ideias do filósofo e educador norte-americano John Dewey. Essa corrente rompeu com a pedagogia tradicional, que centrava o processo de ensino no professor e na memorização, e passou a valorizar a experiência do aluno, a aprendizagem ativa e a relação entre escola e vida social.</p> <p>No Brasil, o movimento ganhou força com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que propunha uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, voltada para a formação integral do cidadão e a democratização do ensino. Entre seus principais representantes estavam Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles e Paschoal Lemme, todos defensores de uma educação progressista e renovadora.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca,</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 45 TIPO 2: 40 TIPO 3: 39	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A alternativa correta é: “Projeto de investigação com: experimento de filtração em grupos (kits físicos), fichas-guia acessíveis (fonte ampliada e pictogramas), registro multimodal (fotos/áudios) em tablets offline; rubrica pública para avaliar hipótese, método, análise e comunicação; divulgação em painel comunitário com QR codes para áudios curtos.”</p> <p>Essa proposta se destaca por integrar ambiente e recursos instrucionais de maneira coerente com o objetivo pedagógico da sequência, que é compreender e explicar, com evidências, como os métodos de filtração impactam a qualidade da água. Ela equilibra a carga cognitiva, pois combina manipulação prática, mediação visual e verbal, e registro multimodal, respeitando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem da turma. Além disso, aplica os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL) ao oferecer múltiplos meios de acesso, engajamento e expressão, garantindo a participação de alunos com baixa visão e dificuldades de leitura.</p> <p>Em termos avaliativos, a proposta assegura validade e autenticidade, pois os critérios estão diretamente vinculados às competências que se deseja desenvolver — observação, análise, comunicação científica e trabalho colaborativo. O</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO



	<p>compartilhamento dos resultados amplia o sentido social da aprendizagem e reforça a função formativa da avaliação.</p> <p>As demais propostas apresentadas são inadequadas porque ou sobrecarregam cognitivamente os alunos, ou desconsideram as limitações de infraestrutura e acessibilidade, ou ainda reduzem o processo avaliativo a práticas competitivas ou meramente quantitativas, distantes do propósito pedagógico da sequência.</p> <p>Portanto, a proposta do projeto investigativo com recursos acessíveis, registros multimodais e avaliação por rubrica é a que melhor integra aprendizagem ativa, acessibilidade, gestão de carga cognitiva e validade pedagógica.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--